

Retrato do cooperativismo e associativismo nos assentamentos da reforma agrária no sudeste do Brasil

A snapshot of cooperatives and associations in agrarian reform settlements in south-eastern Brazil

Laura Angélica Ferreira

Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil

Lívio Sérgio Dias Claudino

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, PA, Brasil

Anna Carolina Soares

Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil

Kamilla Torres Quintanilha Cunha

Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil

GT: 06. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural

Resumo: O artigo analisa o cooperativismo e o associativismo em assentamentos da reforma agrária na região Sudeste do Brasil, com o objetivo de caracterizar sua atuação, identificar potencialidades e evidenciar desafios. A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa, combinando revisão bibliográfica, análise de dados secundários e entrevistas com 44 dirigentes de cooperativas e associações vinculadas à UNICRAB. Os resultados indicam predominância de cooperativas (65,9%), geralmente de pequeno porte, com forte atuação na comercialização (91%) e produção (75%), mas com baixa inserção em atividades de agroindustrialização (16%). Observa-se diversidade produtiva, com destaque para hortaliças, mandioca e leite, e forte dependência de mercados institucionais, como PNAE e PAA. A participação de mulheres na gestão é expressiva, enquanto a presença de jovens ainda é limitada. Entre os principais desafios destacam-se o acesso ao crédito, infraestrutura, mecanização, assistência técnica e entraves à comercialização e à regularização sanitária. Conclui-se que, embora o cooperativismo represente uma estratégia fundamental para inserção econômica da agricultura familiar, seu fortalecimento depende de políticas públicas voltadas à agroindustrialização, formação em gestão e ampliação do acesso a mercados.

Palavras-chave: cooperativismo, reforma agrária, agricultura familiar, comercialização, políticas públicas

Abstract: This article analyses cooperatives and associations in agrarian reform settlements in the South-East region of Brazil, with the aim of describing their activities, identifying their potential and highlighting the challenges they face. The research adopted a mixed-methods approach, combining a literature review, analysis of secondary data and interviews with 44 leaders of cooperatives and associations affiliated with UNICRAB. The results indicate a predominance of cooperatives (65.9%), generally small in scale, with a strong presence in marketing (91%) and production (75%), but with low involvement in agro-industrial activities (16%). There is a diversity of production, notably in vegetables, cassava and milk, and a strong dependence on institutional markets, such as the PNAE and PAA. Women's participation in management is significant, whilst the presence of young people remains limited. Among the main challenges are access to credit, infrastructure, mechanisation, technical assistance and barriers to marketing and health certification. It is concluded that, although cooperativism represents a fundamental strategy for the economic integration of family farming, its strengthening depends on public policies focused on agro-industrialisation, management training and expanded market access.

Keywords: cooperativism, agrarian reform, family farming, marketing, public policies

1. Introdução

A região sudeste é muito importante no que diz respeito à produção e ao processamento dos produtos agrícolas. No estudo feito por Santos e Santana (2020), identificaram que o Sudeste responde por 33% do valor de produtos da agroindústria rural, apesar de apresentar apenas 10% de seus estabelecimentos agropecuários com agroindústria. No mesmo estudo,

analisando os dados do censo agropecuário (2017), indicam que Minas Gerais e São Paulo são responsáveis por 25% do valor da produção agropecuária.

Em termos fundiários, é a segunda região do Brasil em números totais de estabelecimentos agropecuários, assim como a segunda maior região com estabelecimentos familiares (Quadro 1), ficando atrás da região nordeste que ocupa o primeiro lugar. Este cenário nos remete a questionar o baixo percentual de agroindustrialização rural no Sudeste, sobretudo se relacionarmos com o nível de infraestrutura e desenvolvimento logístico da região, haja vista o estado de São Paulo.

Quadro 1: Número de estabelecimentos agropecuários por tipo de agricultura

Unidades da Federação	Agricultura Empresarial	Agricultura Familiar	TOTAL
Norte	98.968	472.645	517.613
Nordeste	464.579	1.797.022	2.261.601
Sudeste	279.220	686.409	965.629
Sul	186.810	664.093	850.903
Centro-Oeste	123.696	222.845	346.541

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017, SIDRA (Tabela 6882).

Em termos de uso e ocupação do solo, tanto na agricultura familiar como na empresarial, na região sudeste, predominam áreas de lavouras temporárias em relação às perenes (Quadro 2). Os principais produtos da agricultura familiar são: café, leite, hortaliças, frutas, milho, feijão, laranja, cana-de-açúcar, mandioca, carne bovina, ovos e aves; enquanto café, laranja e cana de açúcar, em larga escala, são de domínio da agricultura empresarial (IBGE, 2019, tabela SIDRA 6882). O estado com maior área cultivada é o de Minas Gerais, e no total de estados que compõem a região, há domínio da agricultura familiar em relação à agricultura empresarial (Quadro 2). Entretanto, em termos de valor da produção, a contribuição da agricultura empresarial é significativamente superior, com 80% do valor da produção, face a 20% da agricultura familiar (IBGE, 2019, Resultados definitivos). Este é um resultado que reflete a forte industrialização presente na agricultura empresarial, mas também em sua eficiência em termos produtivos, consequência das tecnologias e ferramentas a que estão submetidos.

Quadro 2: Uso da terra conforme tipo de agricultura no sudeste do país

	AGRICULTURA FAMILIAR			AGRICULTURA EMPRESARIAL		
Unidade da Federação	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	TOTAL	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	TOTAL
Minas Gerais	189.810	233.918	440.170	62.869	81.063	165.134
Espírito Santo	64.670	24.297	80.509	19.930	6.090	26.877
Rio de Janeiro	13.575	24.159	43.709	5.985	8.089	21.382
São Paulo	34.889	48.984	122.021	17.544	25.625	65.827
TOTAL	302.944	331.358	686.409	106.328	120.867	279.220

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017, SIDRA (Tabela 6882).

A presença marcante da agricultura familiar é, por si só, um fator de relevância para pensarmos no apoio ao desenvolvimento regional desta categoria socioproductiva. No caso do sudeste, já bem-posicionado em termos de desenvolvimento, trata-se de entender o lugar e potencial da agricultura familiar, no contexto em que ela se revela como maioria em áreas cultivadas, mas responsável apenas por 20% do valor de produção da região (IBGE, 2019, Resultados definitivos). Minas Gerais e São Paulo lideram em número de estabelecimentos familiares, mas com uma superioridade marcante para Minas Gerais. Em contrapartida, São Paulo tem a média do tamanho das áreas por família maior que todos os estados da região, Rio de Janeiro e Espírito Santo possuem as menores (Quadro 3).

Quadro 3: Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e área ocupada por estado

Unidade da Federação	Número estabelecimentos	Área ocupada (ha)	Pessoal ocupado	Média geral área estabelecimentos (ha)
Minas Gerais	607.600	38.200.000	1.800.000	63
São Paulo	188.600	16.500.000	833.000	87
Espírito Santo	108.000	3.250.000	357.000	30
Rio de Janeiro	65.200	2.400.000	161.000	37

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017, SIDRA (Tabela 6882).

No que se refere aos assentamentos da reforma agrária, observa-se que a distribuição (Quadro 4) segue padrão semelhante ao apresentado no quadro 3. O estado de Minas Gerais destaca-se por concentrar o maior número de projetos de assentamento e de famílias assentadas na Região Sudeste, seguido por São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Ressalta-se, contudo, uma inversão pontual entre os dois últimos: embora o Espírito Santo apresente maior número de projetos de assentamento, o Rio de Janeiro possui quantitativo superior de famílias assentadas.

Adicionalmente, ao relacionar o total de estabelecimentos da agricultura familiar com o número de famílias assentadas, verifica-se que, no conjunto da Região Sudeste, apenas cerca de 5% das terras ocupadas por agricultores familiares correspondem a áreas de reforma agrária. Esse dado evidencia a baixa participação relativa dos assentamentos na estrutura fundiária da agricultura familiar regional, indicando que a maior parte dos estabelecimentos familiares se organiza fora dos projetos formais de reforma agrária.

Quadro 4: Projetos de assentamentos da reforma agrária e número de famílias assentadas

Unidade da Federação	Número de Assentamentos reforma Agrária	Número de famílias assentadas
Minas Gerais	407	18.969
São Paulo	273	16.914
Espírito Santo	92	4.164
Rio de Janeiro	70	5.444

Fonte: Marques (2021) pg 39.

Em termos de produtos, há uma certa similaridade entre todos os estados da região, onde observamos domínio da cana-de-açúcar para as culturas temporárias, e café e laranja para culturas permanentes (Quadro 5). Em termos de produção animal, todos os estados produzem leite, carne, ovos e aves (IBGE, 2019, Resultados definitivos), com destaque para o leite, atividade essencialmente da agricultura familiar, e a transformação em seus derivados, sobretudo em Minas Gerais, com o queijo de minas.

Quadro 5: Principais produtos agrícolas nos estados do Sudeste

Unidade da Federação	% Lavouras Permanentes	Produtos	% Lavouras Temporárias	Produtos
----------------------	------------------------	----------	------------------------	----------

Minas Gerais	4,6	Café e Laranja	10,6	Cana e Milho
São Paulo	7,2	Café e Laranja	41,8	Cana e Milho
Espírito Santo	17,3	Café e mamão	4,7	Cana e mandioca
Rio de Janeiro	2,5	Café e Laranja	5,5	Cana e mandioca

Fonte: IBGE, (2019) Resultados definitivos

Em que se pesem os vários setores importantes de apoio para a agricultura familiar, queremos ressaltar aqui a comercialização. Por suas características de área e estratégia familiar de assegurar sua própria alimentação, a produção oriunda do trabalho dessas famílias é diversificada e em pequenas escalas, o que limita a inserção de seus produtos e obtenção de vantagens comerciais em mercados maiores (Ramos e Vieira Filho, 2023). De fato, o volume maior de produção, como o obtido na produção de monocultivos em larga escala, permite não só uma maior competitividade no mercado, com alcance de melhores preços, mas também redução no processo produtivo, ao negociar preços mais baixos para os insumos (Silva e Nunes, 2023). É toda uma rede atuando para que o custo/benefício incentivem a produção em larga escala. Para que a agricultura familiar faça parte desta rede, é necessário agregar produções de várias famílias, e o caminho indicado nos estudos, e defendido na Reforma Agrária Popular (MST, 2021) reside na cooperação agrícola.

Se por um lado esta forma de se organizar traz inúmeros benefícios e possibilidades para a produção oriunda da agricultura familiar, por outro é preciso salientar as dificuldades burocráticas, de gestão e manutenção de um empreendimento como esse (Silva e Nunes, 2023), quando o grupo não tem experiência. São desafios que necessitam de apoio e formação. Neste sentido, o objetivo deste artigo é o de caracterizar o cooperativismo relacionado com a reforma agrária na região sudeste, buscando identificar sua atuação nos territórios, seus limites e desafios.

2. Metodologia

A metodologia do trabalho consistiu em pesquisa bibliográfica, acesso a sites e bancos de periódicos, e pesquisa quali-quantitativa, com entrevistas feitas junto a representantes de cooperativas e associações de reforma agrária, filiados à União Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária Popular do Brasil (UNICRAB), instituição criada pelo MST. O universo amostral da pesquisa se deu em função dos objetivos do projeto 7460 “Cooperativismo e

Associativismo em Áreas de Reforma Agrária: Potencialidades e Desafios”, sendo cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a Universidade de Brasília. Assim, foram entrevistadas 44 dirigentes de organizações localizadas na região sudeste.

A coleta dos dados foi realizada em dois momentos: i) Encontro Nacional de cooperativas no âmbito do Coopera Mais Brasil, ocorrido em Luziânia, no período de 22 a 25 de abril de 2024; ii) Encontro das Cooperativas filiadas à UNICRAB, ocorrido entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 2025.

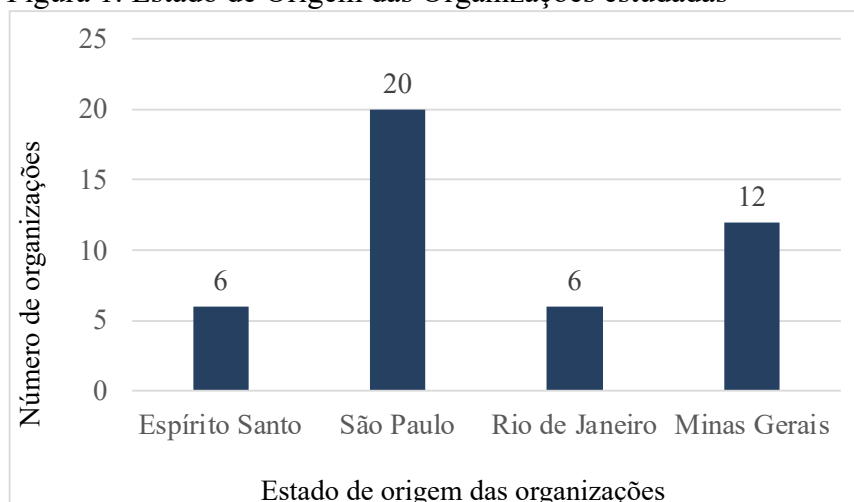
Foram entrevistados 44 dirigentes de organizações localizadas na região sudeste, com apoio em um questionário no google forms, aplicado presencialmente. Além das entrevistas semiestruturadas, foi realizada uma roda de conversa virtual, com os Coordenadores de Comercialização do Setor de Produção do MST, onde obtivemos informações sobre mercados, estruturação das cooperativas e importância de políticas públicas para o setor.

3. Resultados e Discussão

Aspectos gerais das cooperativas

Os quatro estados do Sudeste brasileiro aparecem representados em nossa pesquisa, com o total de 44 respostas, representando 28% em relação ao total de entrevistas realizadas em nível nacional (que foi de 157). De modo geral, São Paulo é o estado mais representativo, com 20 respondentes ou um total de 45,5%, seguindo de Minas Gerais, com 27,3% e os outros dois estados, Rio de Janeiro e Espírito Santo, com 13,6% cada um (Figura 1).

Figura 1: Estado de Origem das Organizações estudadas



As formas de organização em cooperação agrícola na reforma agrária são diversas, como em nosso caso, em que identificamos grupos com diferentes graus de formalização, mas também de finalidade de comercialização. Para a região sudeste, encontramos três (3) situações predominantes, com destaque para as cooperativas (Figura 2). Das 44 organizações, 29 (65,9%) são cooperativas, enquanto 14 (31,8%) estão formalizadas como associações, e há também 1 armazém (2,3%). Isso é indicativo de certa tendência à uma maior formalização em cooperativas, para que elas possam atuar em diferentes ramos com finalidades econômicas, distintamente das associações, que não podem ter finalidade exclusivamente lucrativa. Essa se constitui uma estratégia para que os grupos, por meio de cooperativas, possam ampliar sua atuação em diferentes mercados e com possibilidades jurídicas ampliadas, como a repartição de lucros entre os cooperados.

Figura 2: Situação estatutária das organizações estudadas



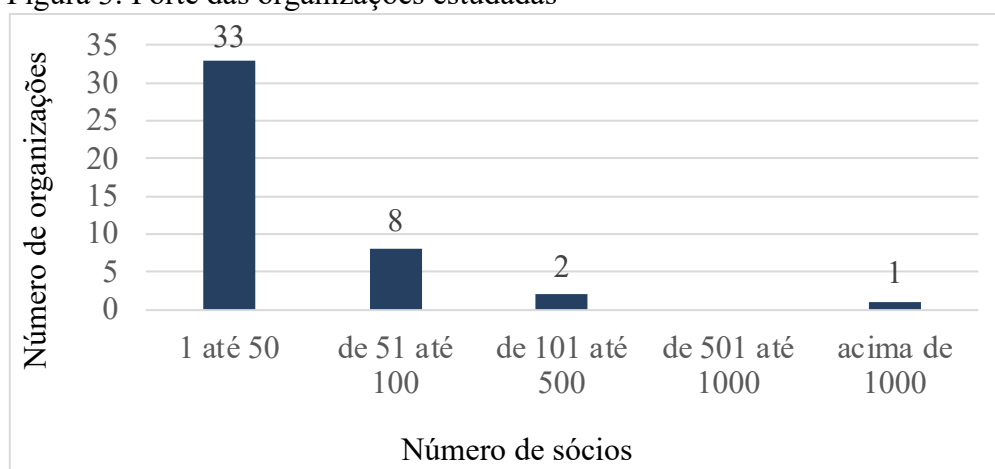
Sobre o Armazém do Campo, vale destacar que se trata de um espaço que serve para comercialização direta dos produtos oriundos das diferentes organizações e, ocasionalmente, dos assentados diretamente. Conforme apontado por Silva e Machado (2024), os Armazéns do Campo se configuram para além de um ponto de comercialização dos produtos da reforma agrária, são também espaços para socialização política, arte e cultura, construindo possibilidades de interação com as cidades, por exemplo, ao permitir tanto conhecer quanto ter contato direto com agricultores familiares e conhecer a origem dos produtos. Além disso, servem como parte da luta contra a hegemonia dos sistemas alimentares convencionais pautados na homogeneização dos sistemas de produção e comercialização, com

ênfase nos ultraprocessados das grandes corporações e uso de agrotóxicos e outros químicos. Tendo os primeiros sido instalados por volta do ano 2016, estão, por hora mais concentrados na região Sudeste com 4 unidades (sub representados em nossa amostra), embora outras unidades, após os anos 2020, foram instaladas em estados das regiões sul e nordeste.

Silva e Machado (2024) destacam ainda que as experiências anteriores de comercialização em lojas como a Loja Reforma Agrária no Mercado de Porto Alegre foram fundamentais para o aprendizado coletivo, e a Feira da Reforma Agrária, realizada em São Paulo em 2015, serviram como indicadores de que havia consumidores interessados de modo permanente nos produtos da reforma agrária. O texto aponta para a importância das políticas públicas para a manutenção desses espaços, uma vez que se articulam com programas de apoio à agricultura familiar e à reforma agrária, além de darem visibilidade de sua existência para a sociedade como um todo.

Em termos de tamanho dos coletivos de cooperação agrícola para comercialização, o porte das organizações nos mostra que na região Sudeste há desde as muito pequenas, com até 50 integrantes, sendo inclusive a maioria das de nossa amostragem (75%), passando por aquelas entre 51 até 100 integrantes, que estão em segundo lugar em termos de quantidade organizações (18,2%); outras de 100 a 500 integrantes, correspondendo a apenas 4,5%, e aquelas com mais de 1000, representando 2,3% (Figura 3). Em geral, a média foi de 66,2 integrantes por cada organização, com variações significativas nos números máximos e mínimos (Quadro 6).

Figura 3: Porte das organizações estudadas



A distribuição por estados revela organizações que possuem desde até 6 pessoas, número baixo, como no RJ, até mais de 1000, como é o caso de SP. Em termos de média, RJ apresenta a menor, com 15,3 integrantes, enquanto SP foi bem superior, chegando a 98,1,

puxada também pela organização com mais de 1000 integrantes, sem a qual a média seria em torno de 46 integrantes (Quadro 6). Esses dados nos mostram que o Sudeste apresenta organizações de cooperação que tendem a ter um número de integrantes abaixo de 70 pessoas. A vantagem das pequenas e médias organizações reside na melhor possibilidade de agregação entre os sócios, compartilhando e trabalhando para os objetivos em comum (Nogueira et al, 2018). Se a gestão pode ser facilitada pela maior coesão do grupo, por outro lado, os volumes para negociar melhores preços podem ser mais limitantes.

Quadro 6: Média de integrantes das organizações por estado

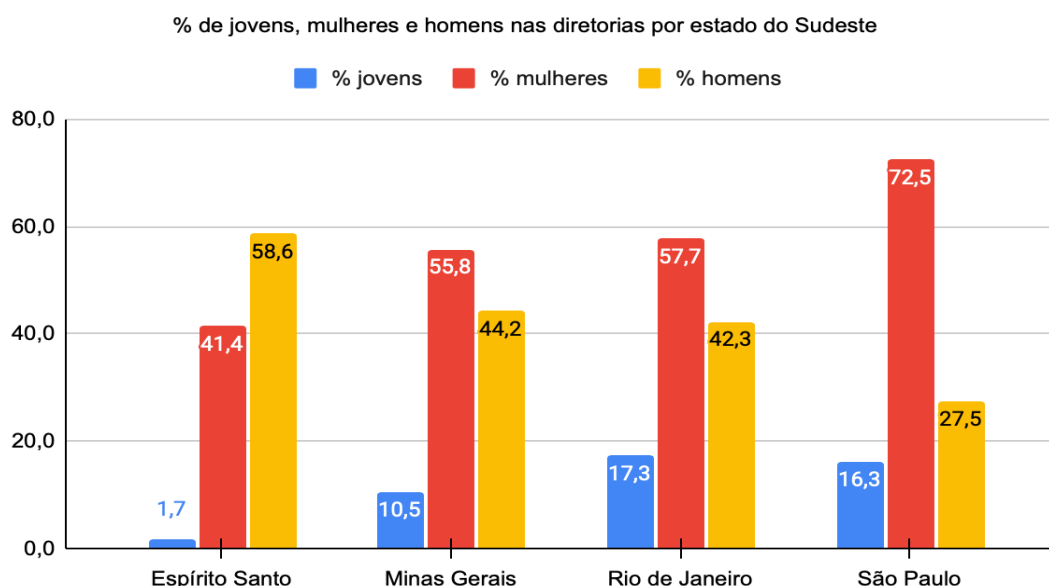
Unidade da Federação	Mínimo	Máximo	Média/ integrantes
São Paulo	14	1.080	98,1
Minas Gerais	10	55	32,5
Rio de Janeiro	6	40	15,3
Espírito Santo	26	240	73

Ao observarmos a composição das diretorias, na qual está incluso o conselho fiscal, foi identificado uma variação importante, indo de 3 pessoas, que é uma composição muito pequena, preenchendo apenas alguns cargos de diretoria, até 16 integrantes, a qual é considerada ampla, dando plena condições de terem pessoas para os diferentes cargos/tarefas que exigem uma organização de cooperação agrícola. Há uma média de 8,3 pessoas por organização, sendo que o Espírito Santo apresenta composições com maior número de integrantes, com uma média de 9,7, seguido de RJ com 8,7, enquanto SP e MG possuem respectivamente 8,0 e 7,9 respectivamente.

Outro elemento interessante na composição da gestão das organizações, é a participação de jovens e mulheres nestes cargos. Estes dados podem indicar maior abertura para a atuação das mulheres, muitas vezes invisibilizada, assim como o interesse da juventude em continuar no campo. Nas palavras de João Pedro Stédile, durante a comemoração dos 40 anos da Fazenda Anoni em outubro de 2025, as cooperativas munidas de agroindústrias correspondem a possibilidades de empregabilidade, com trabalho e renda, para os jovens e mulheres dos assentamentos da reforma agrária. Na região sudeste, há a participação deste público em todos os estados, com destaque para a participação majoritária de mulheres em 3

dos 4 estados que compõem a região (Figura 4). Os jovens¹, apesar da baixa participação, predominando entre 10 e 15% na composição da diretoria, também estão presentes em organizações de todos os estados, indicando envolvimento e perspectivas da sucessão.

Figura 4: Participação de jovens e mulheres na gestão das organizações estudadas



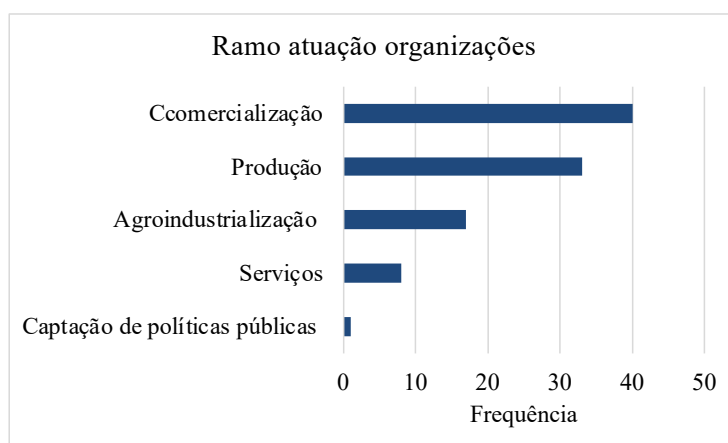
De modo mais detalhado, no ES, identifica-se um perfil em que há restrita participação de jovens, abaixo de 2% (o que corresponde a apenas 1 integrante entre todas as organizações respondentes). Também se trata do estado com a menor participação proporcional de mulheres, já que corresponde a 41,4% enquanto a de homens é 58,6%. No outro extremo, SP apresenta 16,3% de jovens, acima de 72% de mulheres e pouco mais de 27% de homens em composição de diretoria, na média. Minas Gerais e RJ apresentaram dados aproximados em relação a homens e mulheres, com predominância de mulheres, acima de 55%, e jovens com 10,5% em MG e 17,3% no RJ. No geral, há uma participação expressiva das mulheres nos cargos de gestão das organizações, melhorando a relação de gênero, mas também oportunidades para que as mulheres assumam responsabilidades antes consideradas de âmbito masculino. No que concerne a participação dos jovens, sua importância reside no fato do envolvimento com as questões do campo, visando a sucessão, assim como inserção no mercado do trabalho, dada a possibilidade de empregabilidade tanto nas cooperativas quanto nas agroindústrias.

Características produtivas e de comercialização

¹ São considerados jovens, adultos até a idade de 29 anos.

A comercialização configura-se como a principal atividade das cooperativas da região Sudeste, sendo desenvolvida por 91% das organizações investigadas (Figura 5). Essa predominância indica o papel estratégico dessa atividade na inserção dos produtos no mercado. A produção, por sua vez, é desenvolvida por 75% das organizações, sendo que, em todos os casos, a atuação produtiva está associada à comercialização, o que reforça a interdependência entre essas duas dimensões.

Figura 5: Atividades desenvolvidas pelas cooperativas e associações do sudeste



No que se refere ao processamento, constata-se uma participação limitada, uma vez que somente 16% das organizações desenvolvem atividades de agroindustrialização. Esse dado revela um entrave significativo ao fortalecimento e à estabilidade, considerando que o processamento representa um elemento estratégico para a agregação de valor, a ampliação do tempo de prateleira e a diversificação dos produtos ofertados. Esse dado sugere a existência de organizações com perfil mais intermediador do que produtivo.

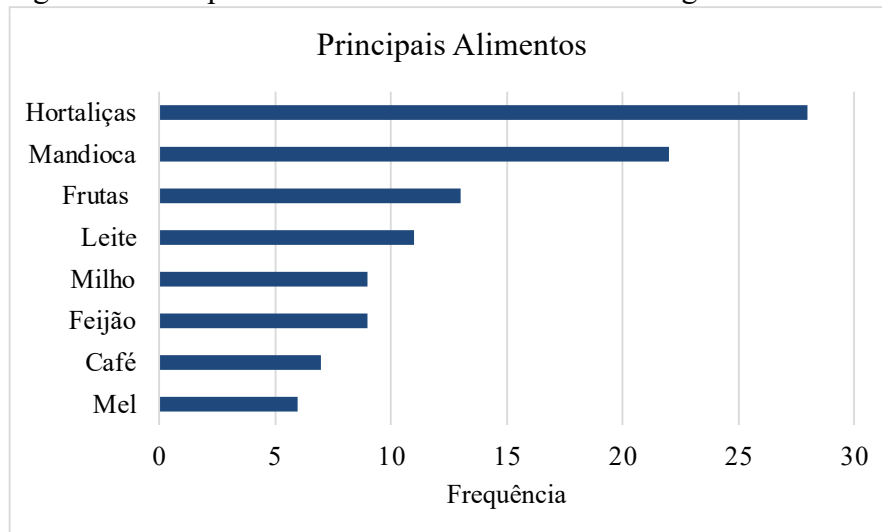
A baixa incidência de iniciativas de agroindustrialização entre as organizações analisadas pode ser compreendida a partir das limitações estruturais que marcam a agricultura familiar. Conforme discutido por Pelegrine e Gazolla (2009), a agroindustrialização constitui uma estratégia de reprodução social capaz de ampliar a renda e fortalecer a autonomia dos agricultores. Apesar de seu potencial de ampliar a renda dos agricultores familiares, a consolidação dessas agroindústrias enfrenta alguns obstáculos, especialmente relacionados aos processos de legalização.

Os autores mostram que uma grande parcela das agroindústrias familiares opera sem regularização sanitária, ou encontra-se em processo de transição para a legalização, o que

compromete o acesso a mercados formais, além de colocar esses empreendimentos em risco de fechamento. A complexidade e a dificuldade de acesso a informações sobre o processo de legalização, que envolve licenças ambientais, sanitárias e jurídicas, ligadas à baixa escala de produção e à carência de políticas públicas voltadas à desburocratização desses processos, representam os principais obstáculos para o fortalecimento dessas iniciativas. Isto nos leva a inferir que o apoio para a agroindustrialização das cooperativas da reforma agrária não reside apenas na infraestrutura, que depende de financiamento, mas igualmente no processo de regularização, a qual requer conhecimento e domínio de processos burocráticos legais em termos sanitários.

No que diz respeito à produção primária oriunda reforma agrária no Sudeste, o destaque vai para mandioca e hortaliças (figura 6), acompanhando a tendência nacional. Relacionando os principais alimentos, além de se constatar a diversidade, e que todos esses alimentos compõem a dieta nacional, reafirma-se a importância da agricultura familiar na produção de alimentos para a mesa dos brasileiros.

Figura 6: Principais alimentos oriundos da reforma agrária no Sudeste



No que concerne a fase de agroindustrialização desses alimentos, processo que apenas 16% das organizações realizam, refletimos que: i. pelo menos 3 alimentos necessitam de processamento – leite, mel e café; ii. outros 2 que podem ou não ser processados – mandioca e frutas; e iii. hortaliças, milho e feijão que não passariam por transformações, a não ser embalagens para rastreabilidade, caso tenha exigência. Considerando que são alimentos que necessitam de infraestrutura diferentes para o processamento, ressalta-se ainda mais a restrição

no número de cooperativas que possuem agroindústrias, e a necessidade de que este aspecto seja uma prioridade no apoio às cooperativas e associações.

A diversificação da produção perpassa por todos os estados da região sudeste (Quadro 7), embora dos 8 alimentos listados como principais na atuação das cooperativas, apenas 3 estão presentes em todos os estados: hortaliças, milho e feijão. Espírito Santo se destaca na produção do café, enquanto Minas Gerais e São Paulo apresentam maior frequência na produção de mandioca e de hortaliças. Esses dados corroboram com o levantamento do censo agropecuário de 2017 para a região sudeste.

Quadro 7: Participação dos estados na produção dos diferentes alimentos oriundos reforma agrária

		Número Cooperativas por estado			
Alimentos	Frequência	ES (6)	MG (12)	RJ (6)	SP (20)
Hortaliças	28	4 (67%)	6 (50%)	2 (33%)	16 (80%)
Mandioca	22		7 (58%)	3 (50%)	12 (60%)
Frutas	13	2 (33%)	4 (33%)		7 (35%)
Leite	11		3 (50%)	1 (17%)	7 (35%)
Milho	9	1 (17%)	3 (50%)	2 (33%)	3 (15%)
Feijão	9	1 (17%)	4 (33%)	2 (33%)	2 (10%)
Café	7	4 (67%)	3 (50%)		
Mel	6	1 (17%)	5 (83%)		

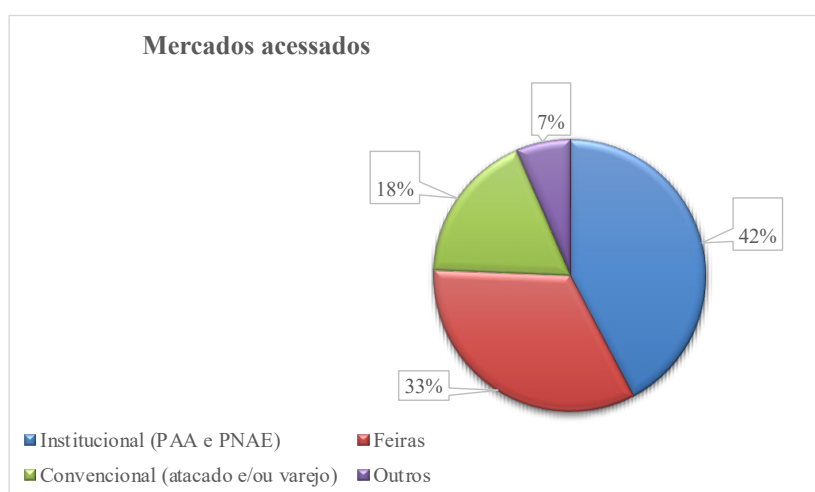
Interessante notar que as hortaliças se apresentam como uma cadeia forte em todos os estados (vide artigo 2 deste livro), e ao analisarmos os mercados acessados, as feiras se apresentam como um canal importante (figura 7). A hipótese explicativa é a de que este tipo de mercado é propício para essas produções, mais que os outros, devido a perecibilidade do produto e à procura dos consumidores, em feiras, por produtos frescos e in natura. De fato, há um movimento crescente de feiras agroecológicas e/ou orgânicas em várias capitais do Brasil, com predominância de produtos locais e oriundos da agricultura familiar.

Ao considerarmos os tipos de produtos e sua presença nos estados que compõem o Sudeste, podemos afirmar que hortaliças, mandioca, frutas, leite, milho e feijão, são cadeias

produtivas da reforma agrária representativas de toda região, enquanto café e mel não aparecem nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, embora sejam produções existentes nestes estados.

Para o escoamento da produção, os dados destacam o mercado institucional relacionado às compras via PNAE e PAA como os mais acessados pelas cooperativas, confirmando a importância dessas políticas públicas para o apoio da agricultura familiar. Para a coordenação de comercialização do setor de produção do MST, a importância dos mercados institucionais é a garantia da compra, o que permite às famílias organizar e estruturar a produção (Cedenir e Telles, 2025). Como consequência, o funcionamento da cooperativa é melhor, haja vista o fluxo contínuo e regular da produção. Entretanto, há uma diversificação de mercados acessados, o que é muito positivo para um cenário de incertezas na continuidade desses programas, e tanto as feiras quanto o mercado convencional se apresentam como canais em potencial de expansão para o escoamento da produção oriunda da agricultura familiar da reforma agrária.

Figura 7: Diversidade de canais de comercialização acessados pelas organizações estudadas



Análise dos desafios e oportunidades por estado

A análise global da região sudeste revela que acesso ao crédito, em 77% dos casos, e mecanização em 73% dos casos (Quadro 8), configuram como as principais demandas para suprir as necessidades das cooperativas e associações da reforma agrária. Em termos de crédito, a frequência maior é para capital de giro. Em relação à mecanização, a discussão e reflexão atual dos agricultores em cooperação é de mecanizar para diminuir a penosidade do trabalho, assim como aumentar a produção, devido ao rendimento por área que um trator proporciona se comparado ao trabalho manual, valendo o destaque para o fato de que os implementos devem ser adequados ao porte e dinâmicas produtivas da categoria.

Infraestrutura, assistência técnica, comercialização, também aparecem de forma recorrente, sendo citado pelas organizações como problemas a enfrentar em 64% para infraestrutura e 57% para assistência técnica e comercialização. Se considerarmos que alguns itens de logística podem ser considerados em infraestrutura, e vice e versa, esses dois desafios juntos representam mais de 100%, ou seja, englobam todas as organizações. Estamos falando aqui desde o carro para transporte da produção/produtos e condições de estradas, até construções referentes às agroindústrias, equipamentos, galpões, armazéns, entre outros.

Quadro 8: Principais desafios relatados pelos entrevistados

Desafios	Frequência	Desafios	Frequência
Acesso a crédito	34 (77%)	Logística	23 (52%)
Mecanização	32 (73%)	Vias de comunicação	19 (43%)
Infraestrutura	28 (64%)	Produção	11 (25%)
Assistência técnica	25 (57%)	Gestão	12 (27%)
Comercialização	25 (57%)	Água + mudanças climáticas	8 (18%)
Outros (mão de obra, rotulagem, energia, desenvolvimento de produtos)			18 (41%)

Interessante verificar que apesar da diversidade de mercados acessados, a comercialização ainda aparece como um desafio importante a ser tratado para 57% das organizações. Este dado indica a necessidade de aprofundamento sobre este desafio, a fim de entender ou identificar, em qual momento do processo de comercialização as cooperativas e associações estão enfrentando dificuldades.

Ao desagregarmos esses dados e analisarmos por estado, a situação se configura ligeiramente diferente (quadro 9). Mas mecanização, infraestrutura, comercialização e logística, variam em termos de importância entre os estados. Mecanização foi um desafio importante para ES, e baixo para SP, assim como a infraestrutura que foi o maior desafio apontado pelas organizações do ES, tendo sido indicado em 100% dos casos, enquanto nos outros estados, ela variou de 50% a 65%. A comercialização se manifesta importante desafio em SP, MG e ES, enquanto no RJ é um desafio de menor impacto.

Quadro 9: Principais demandas indicadas pelas organizações entrevistadas em cada estado

DESAFIOS	ES (6)	RJ(6)	MG (12)	SP(20)
Acesso ao crédito	4 (67%)	4 (67%)	7 (58%)	13 (65%)
Mecanização	3 (50%)	2 (33%)	4 (33%)	5 (25%)
Infraestrutura	6 (100%)	3 (50%)	7 (58%)	13 (65%)
Assistência Técnica	4 (67%)	5 (42%)	5 (42%)	11 (55%)
Comercialização	3 (50%)	2 (33%)	8 (67%)	12 (60%)
Logística	3 (50%)	3 (50%)	4 (33%)	13 (65%)
Produção		2 (33%)	2 (17%)	4 (20%)
Gestão		1 (17%)	5 (42%)	4 (20%)

4. Considerações finais

O diagnóstico realizado sobre as formas de cooperação em áreas de reforma agrária evidenciando seus desafios e potencialidades, nos permite inferir que há uma tendência de predomínio das organizações do tipo cooperativas. Este tipo de regime estatutário permite transações comerciais mais amplas que as associações. A região sudeste, concentra cooperativas de porte pequeno, maioria até 50 integrantes, o que possibilita maior engajamento entre os sócios, mas limita o alcance de mercados em termos de volume de produção. Este perfil vai atuar sobretudo em nível, local, regional, sendo necessário maior aglutinação para disputas de mercados nacionais e internacionais oriundos da reforma agrária. A formação de centrais de cooperativas tem sido uma iniciativa promissora para esta barreira.

A participação de mulheres e jovens na composição da diretoria e conselho fiscal das cooperativas tem sido expressiva na região, sobretudo das mulheres, havendo diferenças significativas entre os estados. A visibilidade do trabalho da mulher, assim como a ocupação destes espaços demonstra que as relações de gênero estão mudando nos ambientes da reforma agrária, estando em consonância com a agroecologia na construção de um mundo mais justo e mais equitativo socialmente. Porém, no caso dos jovens, ainda há demanda de maior envolvimento nas diretorias.

O nível de agroindustrialização é baixo no âmbito dessas cooperativas e a maioria, acima de 90%, trabalham no ramo da comercialização e produção primária. Isto indica a forte necessidade de apoio para desenvolvimento e instalação de agroindústrias nessas cooperativas. Essa possibilidade de processamento aumenta o tempo de prateleira e a diversidade de produtos que podem ser oferecidos, provocando um impacto socioeconômico sem precedentes no âmbito das famílias cooperadas. Em termos de cadeias produtivas que poderiam avançar em processos de agroindústrias, destacam-se mandioca, leite, frutas, que são predominantes na região Sudeste.

Os mercados são variados, mas com predomínio de acesso aos mercados institucionais, em todos os níveis (municipal, estadual e nacional), influenciando diretamente sobre a consolidação das estratégias de produção e comercialização dos produtos da reforma agrária. As compras institucionais impulsionam a produção nos assentamentos e permitem melhor estruturação e organização das cooperativas por oferecer a garantia da compra do que for produzido para este fim.

Os 45% anunciados pelo governo federal sobre obrigatoriedade de compras oriundas da agricultura familiar para estes editais representa um avanço e um reconhecimento do potencial deste público e suas organizações. Os principais desafios apontados podem ser agrupados em dois grandes eixos: i. financeiro-estrutural; ii. técnico-produtivo. No primeiro, o acesso ao crédito, infraestrutura e logística lideram, enquanto no segundo, assistência técnica e mecanização para melhorar o esforço no trabalho e a produtividade, constituem carro-chefe de demanda. A comercialização também aparece como um desafio, o que condiz com a necessidade de agroindústria e processo de formalização dos produtos no mercado, como embalagem, rótulos, autorizações sanitárias, quando pertinentes.

Em guias de síntese, este trabalho nos permite inferir sobre: i. importância major na manutenção dos programas PNAE e PAA dentro das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e apoio à agricultura familiar; ii. necessidade de fomentar o acesso ao crédito para agroindustrialização: processo burocrático tem freado o acesso das cooperativas; iii. criar/promover programa regional formativo das cooperativas para lidar com diferentes processos burocráticos do governo em editais e nos programas de acesso ao crédito; iv. apoiar a mecanização e a assistência técnica para os assentados da reforma agrária.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017: número de estabelecimentos agropecuários por tipo de produção (Tabela 6882)**. SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 jan. 2026.

JOHNSTON, Fernanda Lopes; SANTANA, Adrielli Santos de; SANTOS, Gesmar Rosa dos. Produção agropecuária e cooperativismo na região Sul do Brasil: destaques dos dados do censo agropecuário de 2017. 2020.

MARQUES, Vicente Penteado Meirelles de Azevedo. **Estabelecimentos da reforma agrária no Censo Agropecuário 2017**. Porto Alegre: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2021. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/assentamentos_censo_revisado.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 4 dez. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Reforma agrária popular. **MST**, 2021. Disponível em <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em: 8 jan. 2026.

OCB - Organização das Cooperativas do Brasil. **Panorama do Cooperativismo Agropecuário no Brasil**. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/anuario-ramos/agropecuário> acesso em 17 dez. 2025.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, 2009: 332-378.

RAMOS, Érica Basílio Tavares; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Desenvolvimento regional da agricultura familiar: Cooperativismo e associativismo. **Revista Brasileira de Economia**, v. 77, p. e052023, 2023.

SANTOS, Gesmar Rosa dos; SANTANA, Adrielli Santos de. Destaques da agroindústria rural nos estados de São Paulo e Minas Gerais. **Boletim regional, urbano e ambiental**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n. 23, edição especial Agricultura, p. 124-132, 2020.

SILVA, Victor Hugo Quissi Cordeiro da; MACHADO, Angela dos Santos. O armazém do campo como território do mst no espaço urbano (2016 a 2022). **Caderno Prudentino de Geografia** 2, no. 46 (2024): 23-47. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/10463> acesso em 17 dez. 2025.

SILVA, R. M. A., & Nunes, E. M. (2023). Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 61(2), e252661. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>